

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DE 2026

Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às dez horas da manhã, os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, como autorizado pelo Regimento Interno, reuniram-se para discutir, deliberar e apreciar a seguinte pauta:

- **Ciência dos Relatórios de Governança Corporativa do 1º Trimestre de 2026 (janeiro a março) e do 2º Trimestre de 2026 (abril a junho);**
- **Apreciação do Relatório do Controle Interno do 1º Trimestre de 2026 (janeiro a março) e do 2º Trimestre de 2026 (abril a junho);**
- **Avaliação e Aprovação do Relatório de Gestão Atuarial;**
- **Apreciação e Aprovação da Prestação de Contas de Investimentos do 1º Semestre;**
- **Análise do Resultado de Investimentos do 2º Trimestre e Aderência a Política de Investimentos;**
- **Análise acerca da Alteração da Política de Investimentos;**
- **Exame quanto ao Remanejamento do Orçamento – Suplementação por Excesso de Arrecadação;**
- **Apreciação da Atualização da Resolução do Código de Ética; e**
- **Apreciação da Alteração da Política de Segurança da Informação, de Documentos e de Proteção de Dados Pessoais do Instituto de Previdência de João Pessoa.**

Foi aberto procedimento via 1Doc. Nº 13.044/2026, contendo os documentos que seriam debatidos nesta reunião, bem como, foi encaminhado também por e-mail os respectivos documentos, para que houvesse uma análise antecipada, assim sendo, deu-se início a reunião, registrando a presença do quórum regimental necessário, diante da presença dos conselheiros abaixo assinalados, registrou-se, ainda, a presença dos servidores do IPMJP que participam na condição de convidados, a saber: a Superintendente, Sra. Caroline Ferreira Agra, o Chefe da Assessoria de Investimentos, Sr. Ayrton Ciraulo Neto, a Chefe da Divisão de Administração e Finanças, Sra. Suzana Sitônio de Eça, a presidente da Comissão de Ética, Sra. Letícia Magela de Almeida, o membro do Comitê Gestor de Segurança da Informação e

Privacidade, Sr. José Antônio Gonçalves Cabral, e a Sra. Angelica da Costa Ferreira, convocada para secretariar as atividades deste conselho. Na condição de anfitriã, a superintendente deu as boas vindas aos senhores e senhoras conselheiros, agradecendo ainda a presença de todos e dando por aberto os trabalhos. Seguindo a ordem do dia, a Superintendente, Sra. Caroline Ferreira Agra iniciou ressaltando o **Relatório de Governança Corporativa do 1º Trimestre de 2026 (janeiro a março) e do 2º Trimestre de 2026 (abril a junho)**, com o objetivo de demonstrar as ações desenvolvidas pela gestão, os resultados alcançados, os mecanismos de controle e transparência adotados, bem como o acompanhamento das políticas, metas e indicadores institucionais, enfatizando que a boa gestão administrativa do IPMJP decorre de uma gestão contábil implementada, onde atuam diretamente os setores de contabilidade e do controle interno, ressaltou os dados do 1º trimestre do exercício de 2026, e iniciou a apresentação dos dados das Receitas Orçamentárias, pormenorizando os valores arrecadados no 2º trimestre, iniciando a exposição pelas Receitas Orçamentárias. Foram apresentados gráficos estruturados por fonte de recursos, evidenciando a origem de cada receita arrecadada pelos fundos FUNFIN e FUNPREV, compreendendo as Contribuições dos Segurados, Contribuições Patronais, Compensações Financeiras entre Regimes Previdenciários, Rendimentos Líquidos de Aplicações Financeiras e Outras Receitas. Para cada fonte de receita, foram detalhados os valores arrecadados ao longo do trimestre, totalizando R\$ 42.390.569,29 no FUNFIN e R\$ 48.241.200,08 no FUNPREV, perfazendo uma arrecadação consolidada de R\$ 90.631.769,37. Em seguida, foi apresentado quadro-resumo referente aos aportes financeiros realizados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa para cobertura das despesas do FUNFIN, em razão de seu caráter deficitário. Demonstrou-se que, no período, foram repassados recursos destinados às Despesas de Custeio, no valor de R\$ 450.000,00; aos Benefícios Assistenciais Permanentes, no montante de R\$ 4.821,69; à Folha de Pagamento de Benefícios Previdenciários do Tesouro, no valor de R\$ 1.709.312,22; ao Salário-Família, no importe de R\$ 2.026,20; e à Complementação da Folha de Benefícios dos segurados vinculados ao FUNFIN, no valor de R\$ 87.436.167,66, totalizando aportes de R\$ 89.602.327,77. Prosseguindo, foi apresentado quadro demonstrativo da execução da despesa orçamentária por estágio de execução — empenho, liquidação e pagamento — discriminada por fonte de recursos. O total empenhado no período correspondeu a R\$ 127.534.443,15, dos quais R\$

125.343.491,77 foram custeados com recursos ordinários e do FUNFIN, enquanto R\$ 2.190.952,22 foram custeados com recursos do FUNPREV. Ainda no tocante às despesas, foi destacado o limite anual destinado aos gastos administrativos para o exercício de 2026, fixado em R\$ 13.709.296,64 para o Fundo Financeiro (FUNFIN) e R\$ 7.044.565,54 para o Fundo Previdenciário (FUNPREV). Informou-se que, durante o primeiro trimestre, foram utilizados R\$ 1.708.261,20 da taxa de administração do FUNFIN, correspondendo a 12,4% do limite anual, e R\$ 1.146.968,42 da taxa de administração do FUNPREV, equivalente a 16,2% do respectivo limite. Por fim, foi apresentado o quadro consolidado da execução orçamentária, evidenciando resultado superavitário no primeiro trimestre de 2026, no montante de R\$ 52.699.653,15. Na sequência passou a discorrer sobre os valores relativos ao segundo trimestre de 2026, destacando-se as contribuições previdenciárias, as compensações financeiras, os rendimentos líquidos e outras receitas. As contribuições previdenciárias totalizaram R\$ 54.547.585,83, sendo R\$ 28.895.280,86 referentes ao FUNFIN e R\$ 25.652.304,97 referentes ao FUNPREV. As compensações financeiras totalizaram R\$ 6.909.556,39, enquanto os rendimentos líquidos alcançaram R\$ 19.652.071,20. As outras receitas somaram R\$ 2.130.166,68, resultando em uma receita total de R\$ 83.239.380,12 no período. Em seguida, foram apresentados os aportes financeiros realizados no segundo trimestre, compreendendo Benefício Assistencial Permanente, Beneficiários do Tesouro Municipal, Salário-Família e Complemento de Folha FUNFIN, totalizando R\$ 110.305.606,43. Quanto às despesas administrativas, foi demonstrada a execução da Taxa Administrativa, com despesa acumulada até 30 de junho de 2026 de R\$ 3.129.485,54 para o FUNFIN, correspondente a 22%, e R\$ 2.673.336,20 para o FUNPREV, correspondente a 38%. Na sequência, foi apresentado o Resultado Consolidado da Execução Orçamentária, com receita arrecadada de R\$ 173.871.149,49, aportes recebidos do ente federativo no montante de R\$ 199.907.934,20, superávit financeiro apurado em 2025 no valor de R\$ 981.554,26 e despesa empenhada de R\$ 276.516.641,34, resultando em Resultado da Execução Orçamentária de R\$ 98.243.996,61. Encerrada a apresentação, a matéria foi submetida à apreciação dos conselheiros, que **por unanimidade, emitiram Parecer Favorável à aprovação dos Relatórios de Governança Corporativa do 1º Trimestre (janeiro a março) e do 2º Trimestre (abril a junho)**. Prosseguindo com o próximo item da pauta referente ao **Relatório do Controle Interno do 1º Trimestre de 2026 (janeiro a**

março) e do 2º Trimestre de 2026 (abril a junho). A Sra. Caroline Agra iniciou informando que, no decorrer do primeiro semestre, foram analisados 171 processos, os quais foram submetidos a auditoria em duas etapas: a primeira relativa à Formalidade e Legalidade e a segunda referente à Conformidade de Implantação. Além disso, foram apresentados os números de processos auditados, sendo 85 benefícios no 1º trimestre e 86 benefícios no 2º trimestre, abrangendo aposentadorias, pensões, processos administrativos e outros. No que diz respeito à auditoria contábil e financeira, foram destacadas atividades como a elaboração e envio do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR; envio diário do Sagres; coleta mensal de dados para elaboração da Provisão Matemática; elaboração do Relatório Contábil Mensal. Também foram registradas auditorias nos processos de aquisição de produtos e serviços, análise de 141 APRs – Autorizações de Aplicação e Resgate, em conjunto com a Assessoria de Investimentos e o Comitê de Investimentos, elaboração dos Relatórios de Governança Corporativa e acompanhamento diário dos critérios para manter o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. Aberto espaço para manifestações, dúvidas e esclarecimentos, os conselheiros manifestaram sua satisfação com as informações apresentadas. Sem mais discussões os conselheiros por unanimidade, emitiram **Parecer Favorável aos Relatórios do Controle Interno do 1º Trimestre (janeiro a março) e do 2º Trimestre (abril a junho).** Na sequência, continuando com a palavra, a Sra. Caroline Agra passou ao próximo item da pauta, referente ao **Relatório de Gestão Atuarial**, iniciou apresentando os gráficos das projeções das receitas e despesas do FUNFIN e do FUNPREV. Diante da análise conjunta dos quatro gráficos, registrou-se que, no período de 2022 a 2025, tanto o FUNFIN quanto o FUNPREV apresentaram receitas executadas superiores às respectivas receitas projetadas, ao passo que as despesas executadas permaneceram inferiores às despesas projetadas. O comportamento apresentado nos gráficos evidencia, portanto, uma execução de receitas acima das estimativas e uma realização de despesas abaixo das projeções consideradas nas avaliações atuariais, constituindo informação relevante para o acompanhamento da evolução financeira e atuarial dos fundos previdenciários. Aberto espaço para questionamentos, não havendo manifestações, a matéria foi colocada em votação, **sendo o Relatório de Gestão Atuarial aprovado por unanimidade pelos Conselheiros presentes.** Dando continuidade na pauta, as matérias discutidas tratam da **Prestação de Contas de Investimentos do 1º Semestre, bem como, da análise do Resultado de Investimentos do**

2º Trimestre e Aderência a Política de Investimentos, a palavra foi concedida ao Sr. Ayrton Ciraulo, que iniciou sua apresentação discorrendo sobre os relatórios trimestral e semestral de investimentos referente ao 2º trimestre e 1º semestre de 2026 bem como sua aderência à política de investimentos. Em suas considerações iniciais, discorreu sobre a evolução patrimonial do Fundo Previdenciário e os resultados consolidados em todo o semestre, bem como especificamente no trimestre em análise, realizando comparação à meta atuarial esperada para o período. Ressaltou que a meta acumulada do período fora atendida e superada. Pontuou contextos macroeconômicos que influenciaram na estratégia adotada para o período e no resultado auferido. Discorreu sobre a evolução do patrimônio líquido do Fundo Previdenciário considerando não apenas a rentabilidade estrita dos produtos que compõem a carteira, mas também o fluxo de recursos através de contribuições previdenciárias. Discorreu, em seguida, sobre a composição atual da carteira de investimento por segmento e suas consequentes participações percentuais no patrimônio líquido do fundo. Em seguida passou à explanação da aderência à Política de Investimentos do exercício 2026. Apresentou aos membros um comparativo do percentual do que fora estipulado como estratégia alvo para cada classe de ativos e o percentual de cada classe na carteira do fundo ao final do segundo trimestre, ratificando sua aderência aos limites estipulados na nova resolução. Finalizando suas colocações a respeito da aderência dos ativos à política de investimentos de 2026, trouxe ênfase à posição em Títulos Públicos do Tesouro Nacional, que perfaz um montante de aproximadamente 62% de todo patrimônio líquido do fundo, o que corrobora com o perfil conservador do instituto para com a gestão responsável dos recursos. Não havendo dúvidas por parte dos membros, o Sr. Ayrton devolveu a palavra aos conselheiros para que a pauta fosse posta sob apreciação. Desta forma, **os conselheiros, por unanimidade, aprovaram a Prestação de Contas dos investimentos do 1º semestre, bem como, os resultados dos investimentos do 2º trimestre de 2026 e sua aderência à Política de Investimentos**. A seguir foi dada a palavra a Sra. Suzana Sitônio, que passou para análise do próximo item da pauta acerca da **Alteração da Política de Investimentos**, pontuou que a proposta consiste em alterar o Art. 7º, II, passando o limite-alvo de 0% para 2% e o limite máximo de 0% para 100%; o Art. 7º, III, passando o limite mínimo de 40% para 0% e o limite-alvo de 60% para 58%, mantido o limite máximo de 100%; o Art. 8º, I – FI Ações, reduzindo o limite-alvo de 8,75% para 6,75%, mantido o limite máximo de 30%; e o Art. 8º,

II – ETF Ações, passando o limite-alvo de 0% para 2%, mantido o limite máximo de 5%, colocada à deliberação dos presentes os dados apresentados, disponibilizado espaço para manifestação ou esclarecimentos, os Conselheiros se deram por satisfeitos com as informações apresentadas e **por unanimidade, emitiram parecer favorável.** Continuando com a palavra, a Sra. Suzana Sitônio passou a apresentar o item de **Remanejamento do Orçamento – Suplementação por Excesso de Arrecadação** foi apresentada a proposta de abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotações, no valor total de R\$ 113.450.000,00, mediante anulação de dotações do FUNPREV, com a finalidade de reforçar as dotações orçamentárias destinadas ao empenhamento da folha de benefícios dos segurados vinculados ao FUNFIN. **Após a apresentação, a proposta foi aprovada pelos Conselheiros presentes.** Por fim, foi apresentada a proposta de abertura de Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, destacando-se o excesso de arrecadação decorrente das receitas do COMPREV. Foi informado que a receita estimada até setembro de 2026 totaliza R\$ 35.485.865,24, frente ao orçamento aprovado de R\$ 17.399.100,00, resultando em excesso de arrecadação de R\$ 18.086.765,24, com destinação ao custeio de despesas com aposentadorias e reformas do FUNFIN. **Após a apresentação e os esclarecimentos, a proposta foi aprovada pelos Conselheiros.** Passada a palavra a Sra. Letícia Magela para apresentação do próximo item da pauta que trata da **Atualização da Resolução do Código de Ética**, a mesma iniciou destacando as principais alterações propostas na Resolução IPMJP nº 01/2026, especialmente a inclusão de capítulo específico sobre a Comissão de Ética, estabelecendo sua finalidade, composição e atribuições, entre elas a divulgação do Código, a orientação quanto às normas éticas, o acompanhamento de sua observância, o tratamento de ocorrências éticas e a elaboração de relatórios e propostas de revisão ou atualização. Informou a inclusão de capítulo específico sobre os Meios de Comunicação Externa, estabelecendo a Ouvidoria do IPMJP como canal institucional para o recebimento e encaminhamento de manifestações externas relacionadas a questões éticas, que poderão ser direcionadas à Comissão de Ética para conhecimento, análise e apreciação. Por fim, foram apresentados os principais objetivos das alterações, visando fortalecer a atuação da Comissão de Ética, ampliar a divulgação dos valores éticos e estabelecer procedimentos para o recebimento e tratamento de manifestações relacionadas à ética no âmbito do IPMJP. Aberto espaço para manifestações, dúvidas e esclarecimentos, os conselheiros declararam-se satisfeitos com as informações apresentadas.

Não havendo discussões adicionais, a **Atualização da Resolução do Código de Ética foi aprovada por unanimidade**. A seguir, foi concedida a palavra ao Sr. José Antônio Gonçalves, para apresentação do último item da pauta que trata da **Alteração da Política de Segurança da Informação, de Documentos e de Proteção de Dados Pessoais do Instituto de Previdência de João Pessoa**, inicialmente foi apresentada a estrutura e as ações do Comitê Gestor de Segurança da Informação e Privacidade (CGSIP) do IPMJP, destacando-se a criação do Comitê como medida de atendimento aos pré-requisitos do Programa Pró-Gestão, conforme estabelecido na Resolução IPMJP/CON-PRE nº 01/2026. Foi apresentada, ainda, a composição do CGSIP, formada pela Superintendente do IPMJP, que exercerá a Presidência; pelo Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO); pelo Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação; e por dois servidores efetivos designados pela Superintendente. Em seguida, foi apresentado o Plano de Ação e seu respectivo cronograma de atividades, contemplando a elaboração e/ou revisão do Regimento Interno, da Política de Segurança da Informação, do Plano de Ação e da Cartilha de Segurança da Informação, bem como a realização de campanhas de conscientização, treinamentos e orientações, a divulgação da cartilha, o monitoramento da adesão às práticas de segurança e privacidade e a aprovação dos instrumentos pelo Comitê. Também foram apresentadas as principais alterações da Política de Segurança da Informação de 2026, com destaque para a inclusão de diretrizes relacionadas à governança e ao uso seguro de Inteligência Artificial, ampliação dos controles de segurança da informação, procedimentos de backup, recuperação de desastres e continuidade, maior detalhamento das responsabilidades da área de Tecnologia da Informação e dos usuários, fortalecimento da gestão de riscos e incidentes, além da criação do Gerenciamento do Acervo Legado na área de Documentos e Arquivo e da atualização das referências normativas e dos procedimentos. Submetida a matéria à apreciação dos conselheiros, não foram registradas dúvidas ou objeções, sendo a Alteração da Política de Segurança da Informação, de Documentos e de Proteção de Dados Pessoais do Instituto de Previdência de João Pessoa, **aprovado por unanimidade**. Por fim, após as devidas saudações, a superintendente agradeceu a presença de todos, em seguida finalizou destacando a importância do papel que os eminentes conselheiros desempenham no Conselho, lavrei esta ata, evidenciando que toda a pauta foi devidamente apreciada e que seguirá para assinatura oportuna por meio do 1DOC., dando por encerrada a reunião.

João Pessoa, 08 de setembro de 2026.

Membros do Conselho Fiscal

Joseane Farias de Souza, Milena Medeiros de Alencar Feitosa, Antônio Henrique Gomes dos Santos, Alex Maia Duarte Filho e Breno Cavalcanti Fernandes.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 301E-8495-1C4C-1A94

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ JOSEANE FARIAS DE SOUZA (CPF 095.XXX.XXX-28) em 10/09/2026 21:05:32 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MILENA MEDEIROS DE ALENCAR FEITOSA (CPF 055.XXX.XXX-36) em 11/09/2026 06:28:43 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BRENO CAVALCANTI FERNANDES (CPF 738.XXX.XXX-15) em 11/09/2026 08:58:52 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ ALEX MAIA DUARTE FILHO (CPF 055.XXX.XXX-43) em 11/09/2026 09:24:54 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ ANTÔNIO HENRIQUE GOMES DOS SANTOS (CPF 080.XXX.XXX-44) em 11/09/2026 11:30:29 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/301E-8495-1C4C-1A94>